IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL"
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O PROCESSO EDUCATIVO NOS JORNAIS ESTUDANTIS – PERIÓDICOS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Simone Ribeiro Nolasco
nolascos@terra.com.br
(UFMS)

Resumo

Nesta comunicação remontamos um pouco de nossa trajetória no doutorado com a temática das fontes, precisamente reflexões sobre jornais estudantis (tipo de periódico escolar organizado por alunos) na década de 30, era Vargas, e que fazem parte de um privilegiado corpus de documentação para pesquisas em História da Educação, embora ainda pouco explorado. Nosso objeto de análise, portanto, os cinco periódicos estudantis que circularam no Liceu Cuiabano, em Mato Grosso: O Délio (1931), O Liceísta (1933), O Estudante (1934), A Voz do Aluno (1934) e a Folha Juvenil (1937). O jornal estudantil envolve práticas de leitores-consumidores que, tomando para si uma prática escriturária, não institucionalizada, não legitimada pela cientificidade ou credibilidade de um discurso oficial, tomam-na para si enquanto instrumento por excelência no campo sócio-cultural e fazem-se sujeitos de uma nova tradição de participação e protagonismo pouco estimulada no período varguista: processo educativo de sociabilidade, organização, pesquisa e produção de ordem intelectual que inaugura prática de autonomia para além do conformismo modelar e disciplinar próprios da época. Nosso principal referencial teórico para este recorte que segue as trilhas da Nova História Cultural é Michel de Certeau (1990) para quem a atividade cultural exercida também pelos "não produtores de cultura", se universaliza e se simboliza; e a prática escriturística assume valor mítico e lugar de domínio na cultura contemporânea.

Palavras-chave: Educação. Jornal estudantil. Era Vargas.

1. A Prática Escriturária - O Crer pelo "ouvir" e o crer pelo "fazer"

Nesta comunicação remontamos um pouco de nossa trajetória no doutoramento com a temática das fontes, precisamente apontamentos sobre jornais estudantis (tipo de periódico escolar organizado por alunos) da década de 30 (era Vargas) e que fazem parte de um privilegiado *corpus* de documentação nas pesquisas em História da Educação, mas ainda pouco explorado. Embora não tratar-se de periódico científico, estas fontes têm enriquecido as investigações sobre práticas culturais próprias da cultura escolar do período e se mostrado espaço singular na visibilidade de concepções e representações de seus atores. Constituem-se lugares de produção, de consumo e autonomia criadora. Produtores de uma ordem (de natureza identitária e social), o periódico estudantil para além da reprodução da cultura dada, torna-se espaço de proposituras e alterações do meio, este cenário modelar da escola republicana; uma atividade cultural que parece tratar menos do conteúdo do que de seus efeitos.

O jornal estudantil envolve práticas de leitores-consumidores que, tomando para si uma prática escriturária, não institucionalizada, não legitimada pela cientificidade ou credibilidade de

um discurso oficial, tomam-na para si enquanto instrumento fundante no campo sócio-cultural e fazem-se sujeitos de uma nova tradição de participação e protagonismo pouco estimulada no período varguista: atividade de sociabilidade, organização, pesquisa e produção de ordem também intelectual que inaugura prática de liberdade e autonomia para além do conformismo modelar e disciplinar próprios do período.

Aproximando-nos de reflexões sobre a prática escriturária e algo de sua engendramento na ordem da tradição historiográfica, tomamos como suporte teórico principal para este recorte de pesquisa Michel De Certeau (1990).

Da união entre os dois grandes poderes sociais europeus da Idade Média, o Império e a Igreja, instituiu-se uma ampla rede que traçou o imaginário do homem medieval e o fez girar em torno de valores religiosos (de base moral, mítica, dogmática, hierárquica e ritualística), num processo de legitimação da ordem e da coesão sociais daquela cultura. A constituição e circulação deste imaginário, enquanto processo educativo e coercitivo se alicerçava por vias múltiplas de caráter iconográfico, escriturístico, oral e linguístico e formalizava-se fundamentalmente em práticas de ver e ouvir (da imagem à palavra escrita e/ou ouvida), disciplinando comportamentos e maneiras de pensar. (CAMBI, 1990).

De acordo com De Certeau (1990), ainda no medievo, o texto bíblico (nas suas expressões visuais ou verbais), unidade mítica por excelência, era a voz do real, do Divino, que invisível se escondia sob o véu de enunciados a serem decodificados, ouvidos, retransmitidos a toda população por intermediários "eleitos" que dominavam o código da escrita, capazes de "traduzir" os mistérios do mundo e dar acessibilidade à verdade; o indivíduo era identificado por um lugar, fixado "por uma língua cosmológica, ouvida como 'vocação' e colocada numa ordem do mundo" (1990, p.229). Neste postulado antigo, pois, preconizava-se a "invisibilidade do real". Somente através de processos de decodificação dos enunciados da linguagem e da escrita, o "real" poderia ser assimilado e compreendido pela população. "O texto sagrado é uma voz, ensina (1º sentido de um *documentum*), um "querer-dizer" do Deus que espera do leitor (de fato ouvinte) um "querer-ouvir" do qual depende o acesso à verdade" (DE CERTEAU, 1990, p. 228).

A escritura religiosa (anterior ao período moderno) falava; falava a voz de um real e esperava-se um "querer-ouvir" do leitor. A partir da modernidade, entretanto, inaugurou-se um

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

novo postulado: o simulacro do real, que é também o simulacro contemporâneo de Baudrillard (1976)[1], no qual a referência teológica e divina dos textos fora deslegitimada enquanto verdade.[2] A verdade teológica perdia aí sua validade consensual mediante novos ideais de racionalização e princípios de progresso e laicização ocasionando a perda de um lugar e de uma identidade social pelo indivíduo.

> [...] essa Palavra não se ouve mais, que ela foi alterada nas corrupções do texto e nos avatares da história. Não se pode ouvi-la. A 'verdade' não depende mais da atenção de um destinatário que se assimila com uma grandiosa mensagem identificatória. Será o resultado de um trabalho histórico, crítico, econômico" (DE CERTEAU, 1990, p. 228).

Ainda segundo este autor, a escritura moderna se funda sob formas científicas, políticas, eruditas e, o que vale, não é tanto seu conteúdo, mas os efeitos que desperta, o que ela fabrica. O domínio da linguagem garantia ao burguês o poder de "fazer história fabricando linguagens" (1990, p. 230) - um poder de ordem escriturística e que define o código de promoção econômica e cultural.

Da escritura hoje, não se espera mais do leitor um "querer-ouvir", próprio do medievo, que plasmava um lugar próprio ao indivíduo penitente, passivo, num corpo social estratificado que o fazia crer pelo ouvir. No mundo hodierno a exigência da escritura é um "querer-fazer"; o que vale é o efeito que ela estimula. Fazer crer é hoje fazer fazer. E a escritura "se torna um princípio de hierarquização social que privilegia, ontem o burguês, hoje o tecnocrata" (DE CERTEAU, 1990, p. 230).

Numa ambição ocidental de escrever sua história, a cultura contemporânea institui ainda um valor mítico à prática escriturística fazendo-a assumir o poder de reordenar e legitimar o campo científico, social e cultural, num viés de deslegitimação da oralidade que, por sua vez, por muito tempo, viu-se aproximada ao universo da tradição e do mito[3], bem distante dos ditames da

---

[1] Jean Baudrillard na obra *L'Echange symbolique de la mort*, Paris, Gallimard 1976.

[2] Simulacro corresponde à imagem, cópia ou reprodução imperfeita. Aparência, semelhança, arremedo; fingimento, simulação. DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/simulacro/> Acesso em: 26 março 2012.

[3] O mito para De Certeau consiste num discurso "[...] fragmentado que se articula sobre as práticas heterogêneas de uma sociedade e que as articula simbolicamente" (1990, p.224).

razão e do progresso; fato que vem-se alterando a partir das contribuições da história cultural e da história oral.

A prática escriturante da modernidade substituíra os mitos de culturas tradicionais por 'práticas de fazer', substrato de um desejo de transformar a realidade em que se está, de fazê-la mais compreensível a si e aos outros; reafirmação de identidades e de conquistas de um espaço próprio pelo sujeito. Imerso em um universo de representações e simulacros do "real", os indivíduos se sintonizam com aquilo que os novos mecanismos de formação do imaginário postulam como necessários às crenças e práticas. O novo postulado inscreve que a "verdade" e o "real" tornam-se a partir daí visíveis através da representatividade científica ou política expostas às observações e comprovações. O simulacro contemporâneo organizado principalmente pelo *mass mídia* é a identificação do "real" com o visto; o visto é aquilo em que se deve acreditar e o que se deve praticar. (DE CERTEAU, 1990).

De acordo ainda com este autor, na escrita de um texto, a nível elementar, encerra-se três elementos decisivos: um espaço próprio, lugar de produção e de domínio em que se circunscreve um sujeito frente à sua exterioridade e faz supor uma autonomia criadora e gerência de um espaço. Como outro elemento, a produção de uma ordem, o texto, um mundo fabricado; uma ordem dada, elaborada. Por fim, o principio de proposição de uma mudança da realidade por outra ordem de melhor eficácia – um sistema de pensamento transformado a partir de criação e reinterpretações. Neste sentido, a escrita é a estratégia do mais forte; ela informa e atua para reordenamento do meio. O que o pesquisador, o cientista, a criança e o jovem escreve, traz marcas culturais próprias de seu contexto e tradição, mas também encerra em si (pelas circunstancialidades individuais e habilidades pessoais) os traços das re-apropriações e novas elaborações.

O jornal estudantil, operação de redes de comunicação, instaura-se como alto-falante na cultura escolar, mecanismo de audição e circulação de ideias; constitui-se tática astuciosa de reinvenção de si, auto-visibilidade, de apropriação de um sistema já produzido. O jovem aí reconfigura os códigos dados pela autoridade disciplinar escolar, tira proveito do jornal, modelo estratégico próprio do mais forte (o intelectual que conduz a ordem escriturária social) e instaura táticas ocasionais, que lhe permite pequenos sucessos ainda que posicionados num lugar do

outro: a ordem escriturística do intelectual. Aí são ouvidos e vistos pela comunidade estudantil. Tais periódicos são partes de uma rede de consumo no interior da escola, que dissemina tanto os discursos disciplinares como ocasiões de inaceitabilidade desta normativa, a produzir novos praticantes que querem fazer crer.

2. Os Periódicos e a Nova História Cultural

Nas produções acadêmicas no campo da História da Educação temos visto reduzido número de trabalhos relativos às experiências educativas proporcionadas pelos meios de sociabilidade e protagonismo juvenis, principalmente no período anterior à década de 60. Neste sentido, esta investigação procura dar tangibilidade a processo educativo promovido por atividade cultural própria de alunos da escola republicana (o periódico estudantil) e seguir os pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural.

Os periódicos como lugares de práticas de consumo e de produção de um "real" e, de uma ordem que relatam, são fontes privilegiadas da Nova História Cultural e compreendem revistas, jornais e boletins; contemplam publicações "em geral periódica, para divulgação de informações gerias ou especializadas, editadas por uma associação, uma entidade administrativa ou em organismo" (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 57). Segundo estes mesmos autores correspondem também a "Fascículo numa série contínua sob o mesmo título publicado a intervalos regulares por tempo ilimitado, sendo cada fascículo numerado consecutivamente e com indicação de data, publicação periódica" (2008, p. 279).

Revistas e jornais do tipo informativos e comerciais, de conteúdos diversos girando ou não em torno de um tema, têm seus textos assinados em sua maioria por cronistas, jornalistas e/ou especialistas. As revistas e jornais científicos e/ou acadêmicos por sua vez, e que fazem circular artigos, resenhas, resumos de pesquisa, etc. são elaborados predominantemente por pesquisadores, cientistas e professores - redes de uma intelectualidade que as elabora e avalia por exigência de uma credibilidade do discurso científico e de uma racionalidade técnica que autoriza sua publicação e indexação em banco de dados. Vários periódicos de ligam a Programas de Pós-Graduação, departamentos de organizações, associações e também escolas.

Os jornais estudantis em foco nesta pesquisa agregam-se, pois a uma rede escolar do tipo informativo (de cunho não–científico) e, sem elegerem temática fixa têm entre seus autores não apenas alunos, mas também outros colaboradores jovens e adultos, professores e outras autoridades não ligadas à escola; ocasionalmente reproduziam trechos de outros periódicos e obras em circulação no período. Os conteúdos dos textos articulando-se ou não com a comunidade escolar, apresentam-se em formas de: relatos e narrativas, informes sociais numa articulação com a sociedade ao entorno (esporte, cultura, eventos, etc.), produções literárias como contos e poemas, reinvindicações, apelos e reinvindicações, anedotas, temas históricos, políticos, científicos e ligados às diversas disciplinas (história, biologia, literatura, higiene, moral e cívica, etc.).

Tais fontes de ordem indiciária tem nos permitido reportar não somente a aspectos do cotidiano escolar e formas de pensar de seus autores mas a processos de aprendizagem advindos das atividades práticas da organização do jornal pelo aluno e que vinha ao encontro de concepções em torno do ensino ativo, dos ideais escolanovistas, e formação para a cidadania tão em voga no discurso educativo nas décadas estudadas.

Os jornais e revistas aparecem para Sirinelly (2003) como lugar de duas dimensões: de fermentação intelectual e de relação afetiva; compreendem redes de sociabilidade nas quais intelectuais se expressam e são formados - todos ao redor de ideais, identidades e/ou objetivos compartilhados.

A publicação de um período, seja nos moldes de uma formalidade intelectual ou de uma ação coletiva de caráter informal, assume contornos de uma rede de intencionalidades que infere a pauta de uma nova ordem, definição de um discurso social próprio. No seu esboço a preocupação de se legitimar vozes e configurações de sentido ali expressas numa disposição quase historiográfica de "fazer história". O aluno assume-se como interventor de um domínio e, para se fazer crer e ouvido, a máquina da escrita, o aparato cultural que lhe dá credibilidade.

Seguindo o viés da história cultural no tratamento dos dados colhidos nestes periódicos, remontamo-nos trajetória desta. A "História Cultural Clássica" que funda o início de uma sistematização de estudos mais ligados à cultura como campo manifestou-se principalmente nos fins do século XVIII e início do XIX, período em que a história política era dominante e, a história

cultural, ao não privilegiar documentos oficiais, era desconsiderada e marginalizada. As investigações primavam pela história dos clássicos da literatura, da filosofia, ciência, arte e padrões culturais de uma época (principalmente da Renascença). Nas décadas de 30 e 60 a história cultural voltava-se para uma "História social da arte" e, os estudos culturais vinculavam-se à sociologia tendo como inspiração as obras de Karl Mannheim, Arnold Hauser e Frederick Antal. Foi a partir da década de 60, no entanto, que uma "Nova História Cultural" começa a ser esboçada a partir de olhares mais vigorosos para a cultura popular principalmente com estudos de Eric Hobsbawn e Edward Thompson e o aumento do prestígio dos "estudos culturais" na Inglaterra sob orientação de Stuart Hall. (BURKE, 2005).[4]

É na década de 70 a partir da 3ª geração dos Annales lideradas por Le Goff e Pierre Nora, que esta Nova História Cultural ganha seus contornos e é redescoberta, sobretudo no meio acadêmico numa renovação e ampliação de objetos, abordagens e problemáticas pela historiografia. Thompson, Roger Chartier, Lynn Hunt, Pierre Bourdieu, Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Paul Veyne e Carlo Ginzburg dentre outros, desenvolveram pesquisas seguindo a nova tendência. Comum entre estes historiadores da cultura uma atenção maior para o campo simbólico e as interpretações deste; também uma ênfase maior na história do cotidiano, um estreitamento de laços com a antropologia e, não raro, com teóricos sociais da linguagem e literatura.[5]

Perspectivas mais atuais da Nova História Cultural nos fins do século XX têm apontado para um deslocamento da teoria da representação (a representação até então conceito-chave da Nova História Cultural) para a teoria construtivista como bem o demonstram Michel de Certeau, Eric Hobsbawm, Benedict Anderson, Peter Burke e mesmo Foucault; este último quando identifica os discursos como práticas que constroem os objetos sobre os quais relatam.[6] Seguindo novas tendências o papel decisivo das "performances sociais", dos ritos contemporâneos na construção

[4] Alguns dos autores que primeiro contribuíram nesta direção foram Burckhardt, Huizinga, Max Weber, Norbert Elias, Aby Wargurg, Ernst Gombrich, Ernst Cassirer, Fritz Saxl, Erwin Panofsky e Edgar Wind.

[5] Segundo Burke, Clifford Geertz e sua "teoria interpretativa da cultura" inspirou grande maioria dos historiadores culturais da última geração nos Estados Unidos.

[6] Burke comenta que De Certeau inverte Foucault substituindo seu conceito de "disciplina" pelo de antidisciplina e que funda sua noção de "tática" (vista de baixo) em oposição deliberada à noção de "estratégia" de Bourdieu; afirma ainda que a ideia de "prática" de Certeau tem muito em comum com a de Bourdieu.

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de identidades e comunidades (nações imaginadas); também a ascensão do "ocasionalismo" em oposição a um determinismo social – um mesmo fato e/ou objeto varia segundo o olhar do sujeito e ocasiões; e ainda o consumo criativo, a flexibilidade e a criatividade cotidianas ao invés de recepções passiva e reações fixas; flexibilidade esta gerada pelas situações e por ações conscientes dos indivíduos nos movimentos de re-apropriações, o que De Certeau chama de "artes de fazer", uma retórica das práticas, as "artes de ocasião".

A história cultural assumindo e alicerçando novas problemáticas e fontes para a história, nos chama atenção para as operações de consumo dos bens culturais pelos sujeitos. De Certeau identifica o consumo como forma de produção e chama de "tática" a reutilização pelo homem ordinário de repertórios dados socialmente, numa dinâmica de construção do cotidiano por meio de práticas (maneiras criativas que ressignificam concepções oficiais em outras subvertendo a ordem).

Como "homem ordinário", De Certeau não se limita às questões de classe como a indicar com isso o homem operário. Refere-se aí também a burgueses comerciantes e outros tipos de consumidores e usuários, estabelecendo como parâmetro a ocasionalidade de um sujeito mais fraco frente a um sistema e/ou enquadramento disciplinar ou sob forma de dominação a que deve submissão (seja a nível político, econômico, social, escolar, ou a qualquer outro).

Damos visibilidade nesta pesquisa ao jovem estudante liceísta, no interior de uma cultura escolar modelar (lugar de poder) que lhe impõe regras e normatividades, modelos de saberes e de representações político-social-culturais a que deve se submeter. Um modelo de cidadão estratégico posto por um cenário organizado por técnicas e racionalidades próprias do progresso.

Em sua prática cultural, ao apropriar-se do espaço do jornal escolar, operação escriturística própria do mais forte, o jovem subverte a ação de domínio; embora não as rejeite diretamente nem modifica, mas estabelecendo contrato com o outro, sem deslegitima-la, ele se aproveita dela, de sua nova posição no tabuleiro da ordem. Embora circulando no lugar minado do outro, fabrica

e produz mecanismos de referências novas, novas formas de fazer, dissimuladamente, no lugar do outro: o historiador, o intelectual, a autoridade; cria e "pratica um espaço" velho que se faz novo.[7]

3. Processos educativos e Considerações finais

Esta comunicação, fruto de reflexões estimuladas por indicadores parciais de pesquisa doutoral em andamento, nos permitiu inferir sobre o caráter educativo do processo de organização, produção e circulação de periódicos escolares na década de 30 e que circularam no Liceu Cuiabano, em Mato Grosso. Os cinco periódicos estudantis analisados foram: *O Délio* (1931), *O Liceísta* (1933), *O Estudant*e (1934), *A Voz do Aluno* (1934) e a *Folha Juvenil* (1937). Correspondiam a prática escriturária de alunos desta instituição (do 4º e 5º anos), e enquanto associações estudantis que se auto-geriam através principalmente de anúncios publicitários de empresas externas à escola. Circulavam no ambiente escolar e geravam envolvimento dos estudantes que participavam das ações de pesquisa, produção e atividades de divulgação. Favoreciam aí a disciplina, a sociabilidade e a formação democrática e cidadã no sentido da promoção de uma certa liberdade escriturária e intelectual.[8]

O jornal escolar como organização estudantil, microcosmos da prática e da vivência dos alunos, apresenta-nos como estrutura de recepção das ideologias políticas e científicas correntes, mas também como documentos que expressam movimentos da cidade, e deixam antever marcas pessoais desta produção, a medida que trazem em algumas ocasiões relatos de inconformação e reivindicações (como reclamações sobre o uniforme, e inspetores autoritários, professores atrasados com notas e autoridades que os tratam com desrespeito). Neste viés, alternava-se assim em instrumento disciplinar ao reproduzir representações ditadas pela ordem política, científica e/ou escolar e as fazia circular, mas também instrumento favorecedor de liberdade e autonomia criativas. Em grande maioria dos artigos pudemos perceber à título de concepções identitárias as

[7] Segundo De Certeau o *espaço* se distingue do *lugar* à medida que não aponta uma ordem ou configuração de posições como este último. O espaço aí se refere a efeitos de operações e movimentos por ações de sujeitos históricos.

[8] No primeiro contato com a documentação, foi realizada a codificação para cada número de jornal a produção de fichas de sistematização de dados, pormenorizando objetivos de cada periódico, data de publicação, alunos que se envolveram, os conteúdos e gêneros dos textos (de cunho literário, social, histórico e político, informativo e social, anedótico, etc.), e as colunas permanentes e não permanentes.

manobras de legitimação de representações oferecidas pelos mecanismos políticos e disciplinares levadas à cabo pela escola em sintonia com o poder oficial; são reproduções de histórias oficiais, heróis da nação, deveres para com a pátria, noções de uma cidadania homogeneizadora e reguladora. E quando menos se espera, um golpe, uma oportunidade de subversão da ordem, ao menos no discurso, no relato de situações opressivas pelo aluno. No sistema escolar vigiado e mantido por uma conjuntura política e formadora coercitiva e homogeneizadora de práticas de cidadania, o jovem percebe margens de manobras nas quais pode "exercer sua arte", manipular o lugar do outro.

Referências

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BAUDRILLARD, Jean. **L'Echange symbolique de la mort.** Paris: Gallimard, 1976.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. 701 p.

CARVALHO, Maria Helena Câmara Bastos. Espelho de papel: A imprensa e a História da Educação. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI Júnior, Décio (orgs). **Novos temas de História da Educação brasileira. Instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2002 (Coleção Memória da Educação).

CHARTIER, Roger. **A História Cultural, entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL e Bertrand Brasil, 1990.

CORRÊA, Estêvão Afrânio. **Os automóveis de Cuiabá – década de 20 e 30**: histórias contadas com a leveza da crônica. Rio de Janeiro: Litteris, 1999.

____. Entrevista concedida a Simone Ribeiro Nolasco. Cuiabá, MT, 14 de jun. 2011.

COSTA, Eliezer R. de Souza. **Saber Acadêmico e saber escolar: História do Brasil, da Historiografia à sala de aula na primeira metade do século XX**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano**. Artes do Fazer. Rio de Janiro: Vozes, 1990.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/simulacro/> Acesso em: 26 março 2012.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Pensadores sociais e história da educação.** Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

FONSECA, Anita. **Clubes de Leitura**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação do Estado e Imprensa Oficial, 1959.

FOSENCA, Thaís Nivia de Lima e. **Da infâmia ao altar da pátria**: memória e representações da Inconfidência mineira e de Tiradentes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001 (Tese de doutorado).

JULIA, Dominique. Cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação** - Sociedade Brasileira de História da Educação. Campinas, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

SIRINELLI, Francois. Os intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p.231-269.

VIDAL, Diana Gonçalves, Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Pensadores sociais e história da educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p.257-284.